



SUJEITO E AUTORIA EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Maria Simone da Silva Holanda¹

INTRODUÇÃO

O percurso investigativo deste trabalho tem por finalidade analisar a ocorrência de autoria em artigos de opinião de alunos do Ensino Médio Integrado de um Instituto Federal, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, a AD, cujo principal representante é Michel Pêcheux, na França, e no Brasil, Eni Orlandi.

Com efeito, uma das razões que possibilitaram a escolha do tema desta pesquisa foi porque se vê, costumeiramente, na escola, um trabalho de leitura, interpretação e produção textual restrito à visão conteudista, sob o enfoque da transparência da linguagem, visando apenas à decodificação de enunciados. Com isso, o desejo de se trabalhar a autoria em textos de alunos, compreendendo uma outra abordagem – a da análise de discurso de matriz francesa -, originou-se em sala de aula, nas atividades de redação, numa prática pedagógica em que se cultivava o gosto pela produção escrita, relacionando-as às situações formais de uso, numa perspectiva empírica.

Na verdade, o interesse por uma pesquisa sobre tal temática foi despertado por um certo incômodo ocasionado pela forma de avaliação de produções textuais dos discentes no contexto escolar, direcionada à dimensão da norma padrão da escrita. Há, nesse tipo de avaliação, uma excessiva preocupação com o trabalho gramatical, com a estrutura do texto, com a materialidade linguística, porém, sem um enfoque nas condições de produção, no contexto histórico, ideológico e discursivo.

Em face dessa observação, é importante salientar que o estudo do texto, sua relação com a autoria, é pouco praticado no âmbito das Instituições de Ensino, quando o é, restringe-se à ideia de que o texto é um evento comunicativo, o autor é alguém inspirado, um ser “iluminado”, de exímia capacidade intelectual. Geralmente, a palavra autor está associada à de escritor de obras artísticas, literárias ou científicas.

Cabe ressaltar que esta pesquisa busca responder às seguintes questões:

- Que posições discursivas o sujeito ocupa ao escrever um artigo de opinião?
- Que marcas linguísticas podem ser identificadas como indícios de autoria nesse tipo de texto?
- Que movimentos de paráfrase e de polissemia dão efeitos de sentido ao dizer do aluno em trabalho com o texto argumentativo?

¹ Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.
Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, Campus Recife.

No decorrer deste trabalho, serão discutidos ainda estes pontos: O que é um autor? O que caracteriza um autor? Partindo dessas questões já postas, buscar-se-á compreender como se dá a constituição da autoria do sujeito aluno em textos argumentativos produzidos no espaço escolar, através da análise da discursividade. Para isso, serão mobilizados como dispositivo analítico conceitos relativos a essa temática, tal como apresenta Orlandi (2007; 2012), dialogando ainda com outros autores, como Foucault (1992; 2011), dando destaque à compreensão da autoria, conforme postula Orlandi.

Sobre a Argumentação e Autoria no Contexto Escolar

No âmbito escolar, o artigo de opinião, texto opinativo, de natureza argumentativa, organiza-se na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. Nele, torna-se fundamental a apresentação de uma opinião, seguida de explicações e argumentações, a fim de formar a opinião do leitor, com o objetivo de convencê-lo acerca da ideia defendida. Observa-se, nessa abordagem, o que importa nas redações escolares é o conteúdo, dando destaque à análise da estrutura do texto. É relevante considerar que essa concepção de leitura fundamenta-se na visão da transparência da linguagem, cultivando-se a ideia da formação de um sujeito origem do dizer. Em Análise do Discurso,

a argumentação é vista no processo histórico em que as posições do sujeito são constituídas. Desse modo, a instância da formulação – em que entram as intenções – já está determinada pelo jogo das diferentes posições do sujeito em relação às formulações discursivas, jogo ao qual ele não tem acesso direto. Ou seja, as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não afeta as posições dos sujeitos (ORLANDI, 2007, p. 49-50).

Em outras palavras, os argumentos, para essa autora (ibidem, p. 50) “derivam das relações de discursos. As intenções do sujeito terão um papel importante determinante em nível da formulação, que funciona pelas projeções imaginárias”. Nesse nível, o analista trabalha com a organização. Sabe-se que a escola brasileira, desde o período da colonização, com enfoque na participação dos jesuítas na educação, destaca-se pelo uso de um discurso que valoriza a repetição e a memorização de conhecimentos de outrem. Nessa direção, cabe aos professores e alunos a reprodução do dizer. Acerca disso, Orlandi apresenta o conceito e a distinção de três formas de repetição, que melhor esclarece a questão da autoria proposta por essa autora. Trata-se das repetições: empírica, formal e histórica.

A repetição empírica (mnemônica) que a do efeito papagaio, só repete. A repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo. A repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido” (ORLANDI, 2009, p. 54).

Para Orlandi (2007, p. 70), o sujeito só se faz autor quando historiciza o dizer de modo interpretável, inscrevendo-o no repetível histórico, enquanto memória constitutiva. O que quer dizer inscrevê-lo em uma memória do dizer, produzindo interpretação. No entanto, no contexto de muitas escolas, observa-se que o tipo de repetição mais praticada é a formal. O aluno que consegue se destacar nessa repetição é considerado aprovado para seguir os estudos. Para Orlandi, a repetição



que deve ser praticada na escola é a histórica, uma vez que leva o aluno a se colocar na origem do dizer, assumindo a posição de autor do seu texto. É, portanto, na repetição histórica que o sujeito constitui-se como autor de seu texto, fazendo a língua significar, quando remete ao interdiscurso.

Para entender a noção de autoria, na AD, considera-se relevante a noção de sujeito enquanto uma posição. Na verdade, o que interessa a essa teoria discursiva não é o indivíduo empírico, mas o lugar que o sujeito discursivo fala no texto. Ao tratar dessa questão, Orlandi (2009, p. 49) lembra que “... o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz”.

No que concerne à autoria, é importante ressaltar que, na análise discursiva, a função-autor é concebida como uma função discursiva do sujeito. Para Orlandi (2008, p. 65), “a função-autor constrói uma relação organizada – em termos de discurso – produzindo um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não contradição e fim).” Não se pode falar em autoria sem que se mencione a teoria de Foucault. Na concepção desse autor,

o autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência (FOUCAULT, 2011, p. 26-27).

Para esse filósofo francês, nem todo sujeito é um autor, nem todo indivíduo que pronuncia ou escreve um texto assume essa função, uma vez que há discursos sem autoria. Na verdade, o princípio de autoria não vale para tudo, pois há discursos, como as conversas, receitas técnicas transmitidas no anonimato, decretos ou contratos, uma carta particular, que precisam de signatários, mas não de autor.

Marcas linguísticas

Pensando no trabalho com textos, na teoria discursiva, as marcas linguísticas, formais, também chamadas de pistas, traços, vestígios, não são tratadas diretamente, empiricamente, como acontece na Linguística, sob o enfoque conteudista. Para a Análise do Discurso, as marcas linguísticas são construções discursivas com seus efeitos ideológicos, não podendo ser compreendidas mecanicamente.

Paráfrase e Polissemia: produção discursiva do sentido

É bastante comum, nas escolas, ouvir-se que um dos problemas identificados nas produções escritas dos alunos diz respeito à repetição de sentidos na formulação de parágrafos. Outrossim, refere-se à escrita do aluno conforme os estereótipos, como propõe o professor. Em outras palavras, o aluno reproduz o já-dito. A esse processo sobre a reprodução do mesmo, na AD, chama-se de paráfrase.

No trabalho com a linguagem, entendida na teoria do discurso como estrutura e acontecimento e não simplesmente um instrumento de comunicação, fatores novos, sentidos

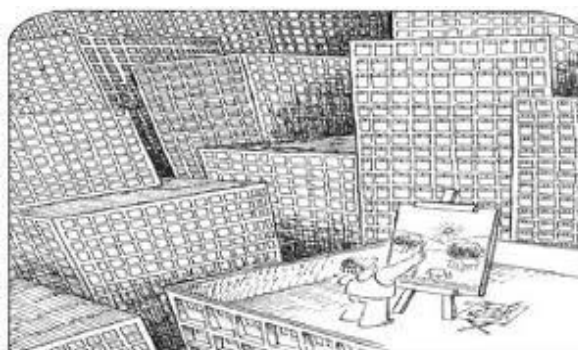
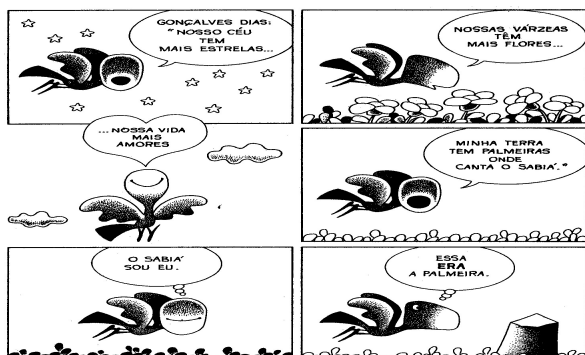
diferentes, múltiplos podem aparecer no discurso do aluno, podendo ser identificados tanto na produção escrita como na oral. A esse processo, atribui-se o nome de Polissemia, a qual é concebida, na perspectiva da AD, como “fonte do sentido”, como ruptura, criatividade, processo em que os sentidos se deslocam.

ANÁLISE DO CORPUS DISCURSIVO

O *corpus* aqui analisado é constituído de um recorte discursivo, extraído de um artigo de opinião escrito por aluno do Ensino Médio da Modalidade Integrado, de um Instituto Federal de Educação, nas atividades de leitura e produção textual, realizadas nas aulas de língua portuguesa no contexto da sala de aula. Salienta-se que não houve quaisquer alterações na apresentação desse recorte, uma vez que está em conformidade com a escrita do discente.

A escolha do recorte como procedimento analítico não foi aleatória, já que, para Orlandi (2008, p. 38), desloca o analista da operação de “segmentação”, visto o recorte como espaço de interlocução, não linear. Nessa perspectiva, o texto é tomado em sua incompletude, atravessado pelo interdiscurso. Quanto à temática discutida, no recorte selecionado, segue uma única proposta de redação, formulada a partir da edição 2001 do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem-, dialogando com o evento contemporâneo Rio+20.

PROPOSTA DE REDAÇÃO



Na edição 2001 do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), os candidatos tiveram que elaborar um texto com a temática “**Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar os interesses em conflito?**”. Embora um pouco mais de uma década separe-nos daquele exame, a temática proposta continua a ser debatida, quer seja na sala de aula, quer seja através dos veículos de comunicação, quer seja, ainda, em eventos como **Rio+20**. Isso posto, sua tarefa será redigir um artigo de opinião acerca do tema acima destacado.

Para a análise do recorte abaixo, levar-se-á em conta o título do texto do aluno, vendo nele um dos funcionamentos diferentes em relação à proposta de redação, aquele que sai dos termos “dados” na proposta, em que o aluno historiciza o dizer, ocupando a posição sujeito-autor.

Texto 1

Nossos bosques “tem” mais vida

O Brasil já teve lindas florestas e bosques. Já teve uma variedade de animais maior. Mas com o desenvolvimento, quase tudo que era verde, virou cinza.

A falta de verde em nosso país está cada vez mais eminente, o solo verde é trocado por concreto e as árvores são trocadas por grandes pilastras de metal para a construção de edifícios. A necessidade cega do homem em expandir o seu espaço acaba “batendo de frente” com a natureza, que em consequência desse encontro, é destruída.

Ainda a pessoas que lutam para isso mudar, para o homem para destruir a natureza, mas é uma pequena parte. Indústrias não vizam as consequências naturais ou desequilíbrios ecológicos, elas vizam apenas o lucro que vão ter, mesmo que isso signifique destruir a natureza. Além de destruir a natureza, o homem está “tapando” toda beleza natural, que é o fato de prédios enormes na frente de praias e outras maravilhas da natureza.

Atualmente há modos para mudar esse conflito entre a natureza e o desenvolvimento, como por exemplo prédios que vão possuir parques, campos e até plantas. O homem tem como mudar isso é só ele querer.

(Texto do aluno)

Recorte discursivo 1

Nossos bosques “tem” mais vida

O Brasil já teve lindas florestas e bosques. Já teve uma variedade de animais maior. Mas com o desenvolvimento, quase tudo que era verde, virou cinza.

Com relação ao recorte discursivo 1, observa-se que o aluno cria um título para a sua produção baseado no verso “*Nossos bosques têm mais vida*”, do poema “Canção do Exílio”, escrito no ano de 1843, em Portugal, pelo poeta romântico Gonçalves Dias, pertencente ao movimento literário intitulado Romantismo. Nesse poema, Gonçalves Dias exalta a natureza brasileira, expressando todo o seu saudosismo em relação à Pátria. Como se sabe, o título constitui a primeira marca de autoria, fornecendo ao leitor uma pista de leitura. Para Pacífico (2012, p. 94), “o título é a primeira tentativa de controle de deriva; a marca inicial de autoria, que pode ou não se efetivar no texto”.

Cabe registrar que, na criação do título dessa redação, há o retorno ao já dito, uma vez que o poema está na proposta da redação, resultando, assim, no primeiro momento, no movimento parafrástico. No entanto, nota-se que o “**tem**” veio entre aspas e sem o acento circunflexo, funcionando como marca do singular em oposição à marca do plural. Numa perspectiva estritamente



linguística e normativa, a ausência do acento no verbo em destaque seria “mais um erro” no emprego da língua. Em outra direção, numa abordagem discursiva, objeto dessa análise, pode-se vê-lo como marca do sentido outro, uma vez que o uso das aspas abre espaço para um possível deslocamento de sentido proveniente da interpretação ideológica que atravessa o sujeito. Assim, observa-se no título um lugar para a constituição de outros sentidos no processo de interpretação, em que o sujeito da linguagem se constitui ao mesmo tempo como repetição e como deslocamento, uma vez que o verso que ele traz é do poema, mas não está na tirinha.

Na análise desse recorte, as marcas discursivas “verde” e “cinza” não são compreendidas em seu sentido literal, mas pelas relações que estabelecem com o interdiscurso. Dito isso, elas simbolizam, respectivamente, a natureza em seu estado bruto, ainda não explorada pelo homem, e o desenvolvimento, responsável em parte pela destruição do meio ambiente. Nesse enfoque, pode-se dizer que a marca verbal “virou” também assinala a mudança do espaço natural, cujo efeito de sentido produzido no discurso é marcado pela tensão entre o mesmo e o diferente.

Vê-se, portanto, autoria no título desse recorte, principalmente porque a frase escolhida pelo aluno não é nenhuma daquelas usadas na tirinha, que traz versos da Canção do Exílio. Pode-se dizer ainda que os sentidos não são apenas retomados, mas transformados, deslocados de seu lugar das redes de filiações históricas, projetando-se em novos sentidos. Segundo Orlandi (2007, p. 69), “A função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações”.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. (2011). **A ordem do discurso**. 3ª ed. São Paulo: Loyola.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3ª. ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2008.

_____. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas, SP, Pontes editores, 2012.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Argumentação e autoria nas redações de universitários: Discurso e silêncio**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2012.

PÊCHEUX, M. (1983). **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad.: Eni P. Orlandi. 5ª ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2008.